

A Universidade de Coimbra, ontem e hoje

António José Avelãs Nunes*

1. Propôs-me o nosso Presidente Francisco Amaral que eu falasse hoje aqui sobre “A Universidade de Coimbra, ontem e hoje”. Aceitei o desafio porque a um modesto Vice-Presidente não é lícito recusar o cumprimento das ordens do ilustre Presidente. Mas tenho perfeita consciência de que não sou eu a pessoa indicada para abordar o tema. Não sou historiador para falar de história da Universidade; e sou suspeito para falar do presente, uma vez que há mais de cinco anos venho desempenhando funções de Vice-Reitor.

Quanto à história, estou descansado: um grupo de Colegas com grande autoridade na matéria vão certamente preencher com brilho este ponto do programa. Tentarei, pela minha parte, conversar convosco sobre alguns aspectos da actualidade. E com gosto o faço: primeiro, por poder fazê-lo perante vós; segundo, porque sei que, com a intervenção que me encomendou, o Presidente Francisco Amaral quis homenagear a Universidade de Coimbra (para nossa honra, a Universidade de que ele é Doutor *Honoris Causa*), e esta é uma tarefa que agrada a qualquer filho da *Alma Mater Conimbrigensis*.

2. Prometi que íamos conversar sobre o presente da Universidade de Coimbra. E, no entanto, é quase inevitável fazer um pouco de história. Porque o passado faz parte do nosso presente e só com base nele podemos construir o nosso futuro.

Começamos então pelo princípio. Celebramos em 1 de Março o *Dia da Universidade*. Porque em carta régia de 1 de Março de 1290 D. Dinis se refere aos “Estudos Gerais que criei em Lisboa”, para dizer que a instituição atravessava algumas dificuldades, em vista das quais o rei anuncia um conjunto de medidas.

É claro, pois, que, em 1 de Março de 1290, a Universidade já tinha sido criada. Por carta régia do rei-poeta e “plantador de naus”. O que poderá fazer desta Universidade – a actual Universidade de Coimbra –, porventura, a primeira Universidade **pública** da Europa, uma vez que Bolonha, Salamanca e as poucas mais antigas do que a nossa eram Universidades da Igreja Católica. Diversamente, a criação do *Studium Generale* por D. Dinis resultou de um acordo entre o monarca e alguns dos mais importantes abades e bispos portugueses de então, à frente dos quais o Abade de Santa Cruz de Coimbra, onde – admitem alguns historiadores – se desenvolviam já estudos de nível

* Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, actualmente Vice-Reitor da Universidade.

universitário não reconhecidos como tal pelo Papa. Nos termos desse acordo, o rei comprometia-se a criar a Universidade, aceitando os abades e bispos nele envolvidos suportar os respectivos encargos financeiros, ao mesmo tempo que se comprometiam a solicitar ao Papa o reconhecimento da Universidade. Este veio efectivamente a acontecer por Bula do Papa Nicolau IV, de 9 de Agosto do mesmo ano de 1290, que outorgou a todos os que se formassem na Universidade criada por D. Dinis o *jus ubique docendi*, equiparando o nosso *Studium Generale* às grandes universidades europeias.

Para além das Artes (Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, Astronomia e Música), a Universidade ensinou desde o início Leis, Cânones e Medicina, as Faculdades consideradas *maiores* (além da Teologia, não autorizada pelo Papa). Em 1431, a Universidade concedia já os graus de bacharel, de licenciado e de doutor.

Adoptando o *modelo democrático* de Bolonha, a primeira lei orgânica da Universidade foi a *Charta Magna Privilegiorum*, outorgada por D. Dinis em 15 de Fevereiro de 1309. Com base nesta *Charta Magna*, a comunidade dos estudantes aprovou em 1316 a primeira *constituição* (estatutos) da Universidade, confirmada por D. Dinis logo em Janeiro de 1317.

Apesar da sua origem coimbrã, a Universidade instalou-se inicialmente em Lisboa, que era a capital do Reino. Mas não foi fácil a convivência da cidade com a Universidade. Vários factores terão pesado neste sentido. Mas parece que a cidade não gostou de ver instalar-se dentro dos seus muros uma entidade com mais privilégios do que os seus; e os próprios habitantes de Lisboa terão acolhido mal a comunidade de professores e alunos, que tinham mais privilégios do que os reconhecidos aos munícipes lisboetas. Os donos das casas devolutas recusavam-se a arrendá-las aos membros da comunidade universitária. E, nas ruas, o povo acoitava e chamava nomes feios aos estudantes e professores da Universidade, clérigos todos, com ouvidos pouco receptivos a tais palavrões. Problemas desta ordem eram referidos na carta régia de 1 de Março de 1290.

3. A verdade é que o *Studium Generale* foi transferido para Coimbra em 1308; mas logo em 1338 regressou a Lisboa, onde se manteve até 1354, ano em que de novo se mudou para Coimbra, regressando de novo à capital em 1377. A verdade, porém, é que a Universidade nunca ganhou raízes na capital. E em Outubro de 1537, por determinação de D. João III, instalou-se uma vez mais em Coimbra, onde ficou até hoje.

No contexto da Contra-Reforma, há quem admita que talvez o Rei Piedoso (que implantou a Inquisição em Portugal) tivesse querido preservar a Institui-

ção dos perigos da contaminação pelos ventos de mudança que começavam a soprar por aquelas bandas, em especial numa cidade portuária e cosmopolita com era Lisboa. No recato coimbrão, talvez a Universidade ficasse mais protegida de contágios indesejáveis.

Seja como for, a verdade é que, com a sua ida para Coimbra, a Universidade foi alvo de uma reforma à altura do esplendor renascentista. As Faculdades de Leis e de Cânones foram as mais beneficiadas com esta reforma, que permitiu, além do mais, a quase total renovação do corpo docente, refrescado pela vinda de ilustres professores estrangeiros e de portugueses que se tinham formado e distinguido fora do País. O humanismo renascentista entrava em Portugal através dos estudos jurídicos desenvolvidos na Universidade de Coimbra. Alguns anos mais tarde, Francisco Suárez escreveu em Coimbra a sua obra maior (*De Legibus*), que o consagrou como o maior expoente do pensamento católico do seu tempo, não apenas no domínio do Direito, mas também no campo da reflexão teológica e filosófico-política.

A Universidade conheceu pouco depois um período de expansão excepcional, com a criação de dezenas de novos Colégios Universitários, sobretudo no verdadeiro *campus* da nova Rua da Sofia (Rua da sabedoria). Mesmo do ponto de vista arquitectónico, a ocupação da colina central em torno do Paço Real da Alcáçova e a construção dos Colégios da Rua da Sofia traduziram-se em uma das mais relevantes experiências urbanísticas concretizadas em Portugal, fazendo de Coimbra uma cidade universitária renascentista.

4. Os *Estatutos Novos*, outorgados à Universidade de Coimbra pelo Marquês de Pombal em 1772, trouxeram para a Universidade e para a cultura e a ciência portuguesas as ideias do Século das Luzes, aproveitando os contributos dos ‘estrangeirados’ (nomeadamente Luiz António Verney) e dando sequência ao diagnóstico sobre o atraso da Universidade publicado em 1770 pela Junta de Providência Literária no famoso *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*.

Com a Reforma Pombalina, levada a cabo pela acção daquele que nós chamamos o Reitor ‘brasileiro’, D. Francisco de Lemos, a Universidade de Coimbra projectou-se como uma Universidade do seu tempo, acolhendo na investigação e no ensino professores de grande renome na Europa, o ideário iluminista, os novos métodos de ensino e de investigação, o que havia de melhor em matéria de equipamento científico.

Foram criadas as Faculdades de Filosofia Natural e de Matemática como Faculdades Maiores; foram profundamente remodelados os estudos jurídicos;

foi criado o Gabinete de Física; no primeiro edifício construído na Europa expressamente para esse efeito, começou a funcionar o *Laboratorio Chimico* (do qual viria a ser Director José Bonifácio de Andrada e Silva, também titular da primeira cadeira de *Máquinas* leccionada na Universidade de Coimbra); foi plantado o Jardim Botânico; foi criado o novo Observatório Astronómico; com a criação do Teatro Anatómico iniciou-se o ensino e a investigação de Anatomia em cadáveres humanos.

5. A vitória da Revolução Liberal traria uma nova fase na vida da Universidade de Coimbra. No que tange aos estudos jurídicos, foi criada por Decreto de 5 de Dezembro de 1836 a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, substituindo as velhas Faculdades de Cânones e de Leis.

Esta reforma trouxe também consigo o estudo e o ensino da Economia Política e das Finanças Públicas. Pela Universidade entraram em Portugal as ideias de Kant e de Krause. São também de professores de Coimbra as primeiras referências a Karl Marx e à Comuna de Paris.

E assim tem sido, em boa medida, até aos nossos dias: a Universidade tem sido a porta de entrada das novas ideias, dos novos métodos e dos novos conhecimentos.

Sobretudo a partir da vitória do liberalismo, as várias gerações de estudantes da Universidade de Coimbra têm estado na primeira linha dos movimentos políticos, ideológicos e culturais que fizeram a história e moldaram a consciência colectiva do Portugal contemporâneo.

Como é natural, nem sempre estiveram do mesmo lado, nas ideias e na acção:

- Combateram uns pelo absolutismo, ao lado de D. Miguel; defenderam a monarquia, o Integralismo Lusitano, o corporativismo, o nacional-sindicalismo e o fascismo; defenderam o Império contra o direito à autodeterminação dos povos colonizados;
- Estiveram outros ao lado de D. Pedro em defesa do ideário liberal; participaram no Batalhão Académico contra as tropas francesas invasoras; levantaram a “questão coimbrã” e animaram o Centenário de Camões contra a “pérfida Inglaterra”; fizeram a greve académica de 1907; empenharam-se na Revolução Republicana; dinamizaram os movimentos da *Presença* e do *Neo-Realismo*; comprometeram-se nos movimentos associativos que enfrentaram o salazarismo, contestaram a guerra colonial, ajudaram à “Revolução dos Cravos”.

6. Até 1910 a Universidade de Coimbra foi a única Universidade portuguesa. Com a República foram criadas a Universidade de Lisboa e a Universidade

do Porto. Mais tarde foi criada a Universidade Técnica de Lisboa, agrupando Escolas já existentes. Nos anos 70 do século passado foram criadas as restantes Universidades hoje existentes.

Mas creio que a Universidade de Coimbra continua a ocupar um lugar especial no imaginário português, como se **a Universidade** fosse a Universidade de Coimbra e como se Coimbra fosse o mesmo que Universidade. Na síntese do poeta Eugénio de Andrade, “como toda a gente, também eu passei por Coimbra”.

A verdade é que a história de Coimbra e da sua Universidade é uma só, desde 1537, ano em que, como já disse, D. João III transferiu definitivamente a Universidade para Coimbra, instalando-a no Paço Real. O Paço onde o primeiro Rei de Portugal viveu durante 26 anos, onde nasceram todos os reis da 1ª dinastia (menos D. Pedro I), onde decorreram acontecimentos marcantes da história do País, nomeadamente as famosas Cortes de Coimbra de 1385, que marcam o fim vitorioso da que alguns teimam em considerar a primeira revolução burguesa na Europa e que, pelas intervenções do Dr. João das Regras, marcam o início da participação dos juristas (um produto da Universidade) na construção do Estado. Será exagero defender que a Universidade foi o “centro intelectual da Revolução” de 1383-1385 (Marcelo Caetano), mas, devido à acção do Dr. João das Regras (jurista ligado à Universidade e um dos mais próximos conselheiros do Mestre de Avis), talvez possa dizer-se que “foi a Universidade que colocou no trono o Mestre de Avis” (João Filipe Pimentel, 51). A verdade é que foi na capela do Paço Real de Coimbra que este foi entronizado Rei de Portugal.

Bem poderíamos dizer que ali, naquele Palácio (a mais antiga residência régia portuguesa) nasceu Portugal. Ao menos durante esses 26 anos, Coimbra foi, de facto, a verdadeira capital do Reino.

O velho *Paço Real da Alcáçova* é hoje o *Paço das Escolas*, depois de ter sido muitas outras coisas, desde o esplendor da alcáçova árabe do século X, que foi a obra mais importante da arquitectura militar do Califado omíada na Península. E é talvez o único palácio na Europa ocupado ininterruptamente e remodelado vezes sem conta ao longo de mais de mil anos de história. História que encobre outras mais antigas. Há uns atrás fizeram-se escavações arqueológicas no Pátio da Universidade, até três metros de profundidade. Foi o bastante para se encontrarem vestígios de dez séculos de ocupação humana, desde os povos da idade do ferro, até aos visigodos, romanos e árabes.

7. Como dizem que acontece em todos os palácios antigos, também o Paço das Escolas e a Universidade que nele tem a sua sede são habitados por ‘fantasmas’ e rodeados de lendas, quase sempre inventadas, como todas as lendas

e todos os fantasmas. E não faltam em Portugal os que pretendem identificar a Universidade de Coimbra de hoje com esses fantasmas e essas lendas, com o objectivo de a folclorizar, de a subestimar, de a diminuir.

A verdade é que não é fácil de gerir, numa Universidade como a nossa, esta realidade de duas faces: uma, que quer assumir a sua história de Universidade multiseular, das mais antigas da Europa; outra, que se apresenta como uma Universidade do seu tempo, apostada em acompanhar o que de melhor se faz no mundo nos planos da ciência e da cultura e em contribuir para um futuro de paz e de progresso.

Uma coisa é certa: a Universidade de Coimbra não renega a sua história. Assume-a por inteiro, nas suas grandezas e nas suas misérias, que a história não é divisível, de modo a recebermos dela apenas os *dias de glória*, rejeitando as *noites de trevas*.

E não esconde as suas tradições. Porque o respeito pela tradição não é folclore nem cultura bolorenta, nem se confunde com qualquer atitude saudosista ou com qualquer culto lamechas do passado. O respeito pela tradição é a atitude de quem quer preservar a memória, para poder perspectivar a história, sem o que dificilmente seremos capazes de compreender o que somos hoje e certamente não seremos capazes de planear e de construir o futuro. Para a Universidade de Coimbra o respeito pela tradição é, pois, *caminho do futuro*, não *saudade do passado*.

Mensagem de futuro é a que retiramos da informação de que, no último ano, se registaram cerca de 120 milhões de acessos ao sítio da Universidade de Coimbra na internet.

Mensagem de futuro é a que nos chega da leitura de um dos mais prestigiados e credíveis *rankings* mundiais em matéria de ensino superior (o elaborado pelo *The Times Higher Education Supplement* e pela *Quacquarelli Symonds*), que em 2006 nos considerou a melhor Universidade do mundo onde se fala português e, em 2007, a melhor Universidade de Portugal, aumentando a distância relativamente à classificada em 2º lugar.

Uma mensagem de confiança e de futuro foi a que, há cerca de um ano, levaram ao Reitor da Universidade de Coimbra os poucos antigos alunos do Curso Jurídico de 1932-1937, que buscaram na *Alma Mater*, à volta da qual se reuniram, a força para celebrar os 70 anos da sua formatura. É bonito demais este momento para que me dispensasse de o partilhar convosco.

Estamos certos de que a história – a história que a Universidade de Coimbra tem e que outras não têm – é um importante capital que importa aproveitar

em todas as suas potencialidades. É desde logo um *capital de prestígio* de que raras instituições gozam em Portugal. Mas é também um *capital científico* e um *capital cultural* que fazem a nossa identidade e dotam a Universidade de Coimbra de uma *matriz identitária* muito forte, que poucas Universidades terão em todo o mundo.

Talvez por isso, quando, já lá vão mais de vinte anos, se constituiu na Europa a primeira grande rede de Universidades, as nossas congéneres (cerca de quarenta das mais antigas e prestigiadas Universidades europeias) adoptaram para a designar o nome de *Coimbra Group*.

O capital de prestígio da Universidade de Coimbra terá justificado também o gesto de um grupo representativo de Universidades brasileiras que, reunidas em São Paulo em 24 de Abril de 1952 para analisar problemas relacionados com uma reforma do ensino superior, resolveram escrever uma carta ao Reitor da Universidade de Coimbra para lhe dizer que a consideravam a *Alma Mater do Ensino Superior do Brasil*.

Acredito que razões da mesma natureza alimentam agora o movimento tendente à constituição do *Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras*, anunciada em acto público realizado no Real Gabinete Português de Leitura em 8 de Março passado, na sequência da cerimónia oficial que, com a presença dos Presidentes da República dos nossos dois Países, abriu as Comemorações oficiais dos duzentos anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Tudo se conjuga para que este Grupo fique operacional após uma cerimónia solene projectada para a Sala dos Capelos da nossa Universidade no dia 27 de Novembro deste ano, a data em que se encerram oficialmente as referidas Comemorações.

Este mesmo capital cultural e científico de uma Universidade que durante séculos atraiu e formou as elites do império português e projectou a cultura portuguesa nos quatro cantos do mundo justifica a nossa confiança no êxito da candidatura da Universidade de Coimbra ao reconhecimento pela UNESCO como Património da Humanidade.

O que está em causa não são os sítios, nem o património construído, nem o património museológico que estamos a procurar valorizar. Se os museus são hoje, essencialmente, contadores de histórias, estamos certos de que o nosso Museu da Ciência e o futuro Museu da Universidade podem contar histórias que nenhum outro museu do mundo pode contar:

- a história da contribuição dos portugueses para a transformação da Europa e do Mundo a partir do século XV, *dando novos mundos ao mundo*;

- a história da afirmação e da expansão da língua portuguesa no mundo, em especial neste grande Brasil, a vaidade das vaidades da nossa vaidade de sermos portugueses.

É este *patrimônio imaterial* que pretendemos ver reconhecido como Patrimônio da Humanidade, a essência da Universidade de Coimbra enquanto núcleo fundamental da memória e da história de Portugal e enquanto referência da cultura portuguesa no mundo.

8. A Universidade de Coimbra é hoje a segunda maior Universidade portuguesa em número de alunos, logo a seguir à Universidade do Porto: pouco mais de 22 mil alunos.

Situada fora das duas grandes áreas metropolitanas portuguesas, com um *interland* fracamente povoado, tal só é possível porque a Universidade de Coimbra é a menos regional das grandes Universidades portuguesas, continuando a atrair estudantes de todas as regiões do País e de várias partes do mundo. Cerca de 15% dos estudantes de Coimbra são estrangeiros, provenientes de mais de meia centena de países do mundo inteiro. Pelo menos trezentos são brasileiros, da graduação e da pós-graduação. Brasileiros são também sete dos nossos professores.

As oito Faculdades da Universidade de Coimbra espalham-se fisicamente por três Pólos:

- o Pólo I, no centro histórico da Universidade, onde funcionam as Faculdades de Direito, Letras, Psicologia e Ciências da Educação e vários Departamentos da FCTUC (Antropologia, Biologia, Ciências da Terra, Física, Geologia, Matemática, Química e Zoologia).

No Pólo I localizam-se também as instalações da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (a maior biblioteca do País e a maior biblioteca universitária da Península Ibérica, após a unificação dos ficheiros em suporte digital) e a Biblioteca Joanina; a Imprensa da Universidade; o Arquivo da Universidade; o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra; a Capela da Universidade; o Teatro Académico de Gil Vicente; a sede da AAC, a mais antiga e mais importante associação de estudantes do País.

- o Pólo II, junto ao Rio Mondego, onde funcionam os vários Departamentos de Engenharia e o edifício central da FCTUC, o Instituto de Investigação Interdisciplinar, mais uma cantina e uma residência dos SASUC.

No Pólo II funciona também o *Instituto Pedro Nunes* e o *Gabinete de Apoio à Transferência de Saberes*: o primeiro é um grande centro de investigação, junto do qual está instalado uma incubadora de empresas, a

primeira e a mais prestigiada em todo o País; o segundo é um serviço orientado para a promoção de laços de cooperação entre a Universidade de Coimbra e as empresas, os serviços da Administração Pública, as Câmaras Municipais.

- o Pólo III, junto aos HUC, é o Pólo das Ciências da Saúde: Faculdades de Medicina e de Farmácia; Instituto Nacional de Medicina Legal; Centro de Neuro-Ciências, Instituto Biomédico da Luz e da Imagem (IBILI), Instituto de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde; e ainda uma cantina e uma residência dos SASUC.

A Faculdade de Economia está instalada perto do centro histórico, mas não integrada nele. A FCDEF funciona junto do Estádio Universitário, na margem esquerda do Rio Mondego, em frente à baixa da cidade.

9. Na Universidade trabalham cerca de 1700 professores permanentes (dos quais à volta de 90% são doutorados), para além dos professores visitantes e dos professores contratados para cursos ou iniciativas específicas. Mais de uma centena de investigadores doutorados trabalham nas muitas dezenas de centros e institutos de investigação que desenvolvem a sua actividade no seio da Universidade.

A Universidade de Coimbra ministra cerca de 70 Cursos de licenciatura e 150 Cursos de Mestrado, oferecendo mais de 280 áreas de doutoramento, para além de cerca de 180 Cursos de Pós-Graduação não conferentes de grau académico.

Não admira, por isso, que o peso dos alunos de Pós-Graduação tenha vindo a crescer nos últimos anos, tendência que acreditamos vai continuar a acentuar-se.

A qualidade dos nossos institutos de investigação permite-nos encarar com optimismo esta perspectiva. Com efeito, cerca de 65% deles têm obtido classificação de Excelente e Muito Bom, em avaliações levadas a cabo por equipas internacionais e segundo os padrões da comunidade científica internacional.

No mesmo sentido apontam os êxitos da Universidade de Coimbra no que toca à internacionalização.

A nossa Universidade participa em todos os projectos europeus orientados para a mobilidade de professores e estudantes: Erasmus, Leonardo Da Vinci, Erasmus-Mundus, Alfa, Tempus, Jean Monet, Alban, para além de projectos semelhantes envolvendo a União Europeia e o Canadá e a União Europeia e a Austrália.

E é membro activo de várias redes que envolvem Universidades europeias: para além o Grupo de Coimbra (que já referi), vale a pena recordar a Rede de Utrecht (31 Universidades), a rede SYLFF (69 Universidades de 45 países europeus), a rede ERA-MORE (200 Universidades de 32 países da Europa), uma rede que envolve 159 Universidades de países da Bacia do Mediterrâneo; o Grupo de Tordesilhas (38 Universidades da América Latina, da Espanha e de Portugal).

10. Como todas as Universidades portuguesas, a Universidade de Coimbra passa por uma situação complexa e vive um período complicado.

Um período complicado pelas razões habituais: escassez dos recursos financeiros que o estado afecta às Universidades. Algumas foram asfixiadas a tal ponto que o Governo ficou em condições de intervir na sua gestão, amputando-as, na prática, da autonomia administrativa e financeira, e até da autonomia científica e pedagógica, que a CRP garante às Universidades portuguesas. As restantes, entre as quais a Universidade de Coimbra, poderão cair brevemente em situação semelhante, se as políticas públicas para o sector não se alterarem. A crise económica e as constricções decorrentes do Tratado de Maastricht não permitem grandes optimismos a este respeito.

Mas a Universidade vive também uma situação complexa, com dificuldades anunciadas, mas também com alguma expectativa. Refiro-me à adaptação dos Cursos ao modelo de Bolonha e à entrada em vigor de novos Estatutos da Universidade, à luz do novo Regime Jurídico do Ensino Superior, resultante de Lei aprovada em Setembro de 2007.

11. No ano lectivo de 2007-2008 começaram a funcionar os primeiros Cursos segundo o modelo de Bolonha. Foi um enorme esforço de reestruturação, mais difícil de levar a cabo em condições financeiras particularmente duras (em termos reais, o orçamento da Universidade de Coimbra diminuiu cerca de 20% em 2008), quando – hoje todos o compreendem – a reforma de Bolonha, para ser levada a sério, implica investimentos mais avultados em pessoal docente, em salas de aula, em bibliotecas e salas de leitura, em laboratórios.

O sistema de ensino superior é agora organizado em três ciclos. O 1º, de três ou quatro anos, conduz à licenciatura; o 2º ciclo, de dois anos ou um ano e pouco, dá acesso ao título de mestre; o 3º ciclo, de três anos, confere o título de doutor.

Agora, todos os Cursos funcionam em semestres e a avaliação dos estudantes pode ter em conta, além dos elementos tradicionais de avaliação, os créditos obtidos através da participação nas aulas, da elaboração de trabalhos, da participação em actividades extra-curriculares.

A partir de agora, todas as Universidades portuguesas organizam Cursos de doutoramento, o que é algo de novo no nosso País. Mas os Cursos de Mestrado deixaram de corresponder ao perfil que era tradicional entre nós: dois anos depois dos cinco da licenciatura (em regra, um ano de escolaridade e outro para redigir a dissertação). De acordo com o novo modelo, o título de mestre alcança-se ao fim de cinco anos de escolaridade, em regra com a obrigação de elaborar um pequeno trabalho de fim de curso. Se tomarmos o exemplo dos Cursos de Direito, um estudante que agora inicie a frequência da Universidade poderá obter o título de doutor no período de tempo que antes levaria a concluir o mestrado.

Este esquema não tem de ser mau em si mesmo. Mas torna-se necessário organizar as carreiras profissionais, de modo a que toda a gente perceba para que serve um licenciado em Direito com três anos de escolaridade, ou um licenciado em Engenharia ao fim de três anos de curso. Até agora, parece que estas licenciaturas (em engenharia ou cursos deste tipo) servem apenas para aceder ao 2º ciclo, uma vez que as ordens profissionais não aceitam a inscrição desses licenciados como engenheiros capazes de exercer esta profissão. A situação para os licenciados em Direito continua, em princípio, como até aqui, mas teme-se que, de direito ou de facto, só os habilitados com o grau de mestre venham a ser admitidos ao exercício das profissões jurídicas (advocacia, magistratura, registos e notariado, acesso à diplomacia, etc.).

A indefinição mantém-se, o que dificulta a organização dos conteúdos dos vários ciclos de estudo.

Tendo em vista as relações entre Portugal e o Brasil, creio ser indispensável que as autoridades universitárias portuguesas e brasileiras (no caso do Brasil, talvez a CAPES) troquem opiniões e acertem um sistema que não ponha em causa os fluxos já relativamente fortes de mobilidade de estudantes entre os dois países, nomeadamente no que se refere à Pós-Graduação (Mestrado e Doutoramento).

12. No que toca ao novo modelo de governação das Universidades, creio que as mudanças foram sensíveis. Resta ver o que vai dizer a prática.

A lógica da nova lei, que os Estatutos tiveram de acatar, é a de conceber as Universidades como se fossem empresas, e só à custa de remendos efectuados durante o processo legislativo se introduziram algumas alterações ao projecto inicial do Governo.

Foi possível manter um órgão que se chama Senado, mas que não tem competências idênticas às do tradicional Senado. Este era um órgão colegial com *poder deliberativo* nas matérias mais importantes na vida da Universi-

dade, composto por professores, estudantes e trabalhadores não docentes. O novo Senado é um órgão mais pequeno, com representação quase simbólica de estudantes e trabalhadores e com capacidade meramente consultiva. Pode vir a ser um órgão sem qualquer peso na vida da Universidade.

Os poderes executivos concentram-se no Reitor, que no projecto inicial do Governo deveria ser **designado** pelo Conselho Geral, escolhendo o Reitor os Directores da Faculdades.

O Conselho Geral é o órgão de topo da governação das Universidades, no que tange às decisões estratégicas, sendo constituído por um máximo de 35 membros (com representação simbólica de estudantes e trabalhadores), dez dos quais são membros externos à Universidade (um dos quais será o Presidente do Conselho Geral), cooptados pelos restantes membros eleitos pelos seus pares.

Após muita discussão (e para evitar uma inconstitucionalidade que parecia óbvia), a lei aprovada na Assembleia da República determina que o Reitor é 'eleito' pelo Conselho Geral (apenas porque se mudou a palavra **designado** que constava do projecto inicial pela palavra **eleito**, que consta da lei aprovada pelo Parlamento). Embora o Reitor surja como o todo-poderoso órgão executivo uninominal, a verdade é que ele tem uma legitimidade democrática bastante diminuída (dado o processo concursal da sua 'eleição-designação'), e pode ser destituído pelo Conselho Geral sem grandes limitações (os Estatutos da Universidade de Coimbra consagraram algumas exigências suplementares a este respeito).

A lei admitiu também que as Faculdades possam eleger o seu Director, através de um órgão colegial ele próprio eleito, constituído por um máximo de quinze membros, doze dos quais professores.

Embora se tenha aberto algum espaço à democraticidade interna, a estrutura final acabou por ficar desequilibrada e porventura algo infuncional, podendo, no limite, afectar a governabilidade das Universidades.

Tratando-se de uma lei excessivamente regulamentadora, ela deixou pouco espaço para a autonomia estatutária que a CRP concede às Universidades, ficando eventualmente na fronteira da constitucionalidade.

Parece incontestável que as estruturas de governo democrático e participado das Universidades foram significativamente descaracterizadas. Poderia admitir-se que a situação anterior era algo exagerada. Pode recluir-se que, agora, se tenha ido longe demais em sentido contrário. Mas as Universidades são entidades com hábitos de vida muito consolidados. Por isso, talvez as mudanças não venham a ser tão acentuadas como alguns desejavam.

O figurino actual acarreta, ao menos teoricamente, o risco de ver cair as Universidades sob o controlo de interesses organizados de natureza não universitária (interesses partidários, interesses empresariais, interesses das igrejas, etc.). Mas a prática pode também não confirmar estes receios.

Como se vê, também aqui o campo das dúvidas é amplo.

13. As dúvidas acentuam-se se entrarmos em linha de conta com as possíveis consequências das políticas neoliberais no campo da educação de nível superior.

Por todo o lado na Europa parece assistir-se a um desinvestimento dos estados nas Universidades. O Banco Mundial vem falando cada vez mais da atraente indústria do ensino superior. A OMC vem trabalhando no sentido de liberalizar o mercado dos serviços, incluindo os serviços de saúde e de educação.

Há uns dias atrás, na televisão pública, o representante das Universidades privadas portuguesas, confrontado por um jornalista com a baixa acentuada do número de alunos inscritos nestas universidades, declarava que esse era o resultado da *concorrência desleal* movida pelo estado, que oferecia ensino quase gratuito nas Universidades públicas, obrigando os alunos das Universidades privadas a pagar taxas de frequência correspondentes aos custos reais. A razão da escolha das famílias – dizia esse representante – era o **preço** do serviço prestado, não a **qualidade** do serviço. O estado, defendia ele, devia pagar aos estudantes, cabendo a estes escolher a Universidade que preferissem. Se houvesse **concorrência no mercado**, os resultados seriam muito diferentes, garantia ele.

Cá estamos a falar do famoso *cheque-ensino*, tão querido a Milton Friedman e aos neoliberais em geral. Cá estamos a tratar a educação (neste caso, a educação de nível universitário) como uma *mercadoria* que se compra e se vende no mercado como qualquer outra mercadoria.

14. Mas estas e outras considerações não são específicas da Universidade de Coimbra. E creio que não foi para falar delas que o meu Amigo Francisco Amaral me ‘contratou’. Por todas as razões, não devo ir, por isso mesmo, além do pedido. E da Universidade de Coimbra de ontem e de hoje talvez tenha dito o essencial para poder considerar cumprido o honroso mandato que me foi confiado.

Lamento se não estive à altura das circunstâncias e peço desculpa pelo tempo que vos roubei.